



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCH CAMPUS V –
SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BAHIA
COLEGIADO DE HISTÓRIA**

ADRIELE SANTOS DE OLIVEIRA

**DESCONSTRUINDO O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: A
MESTIÇAGEM SOB O OLHAR DE FREYRE E A CRÍTICA DE
MUNANGA**

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA
2025**

ADRIELE SANTOS DE OLIVEIRA

**DESCONSTRUINDO O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: A
MISTIÇAGEM SOB O OLHAR DE FREYRE E A CRÍTICA DE
MUNANGA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em História, Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, *Campus V* - Santo Antônio de Jesus/BA, como requisito parcial de avaliação para obtenção de grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Barbosa Neto

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA
2025**

FOLHA DE APROVAÇÃO

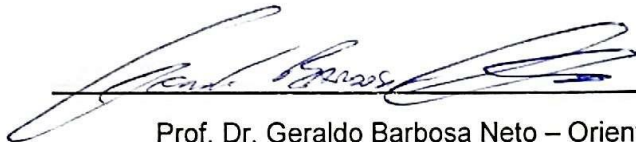
**DESCONSTRUINDO O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: A MISTIÇAGEM SOB O
OLHAR DE FREYRE E A CRÍTICA DE MUNANGA**

ADRIELE SANTOS DE OLIVEIRA

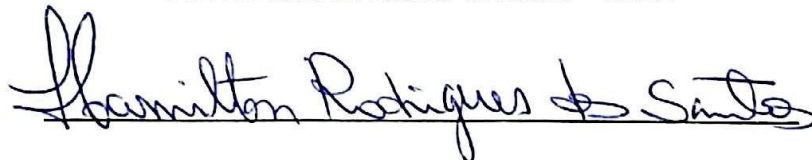
Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado para obtenção do grau de
licenciado (a) em História pela Universidade
do Estado da Bahia (UNEB) – Campus V.

APROVADA EM 05/08/2025

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Geraldo Barbosa Neto – Orientador
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Prof. Dr. Hamilton Rodrigues dos Santos – Examinador(a)
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Prof.ª Dra. Silene Arcanja Franco – Examinador(a)
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA

2025

Agradecimentos

Concluir esta etapa não é apenas alcançar um diploma, é honrar cada renúncia, cada gesto de amor e cada mão estendida ao longo do caminho. Por isso, este trabalho carrega mais do que meu nome, ele traz histórias, afetos e lutas compartilhadas.

A Deus, minha eterna gratidão. Foi Ele quem me sustentou nos silêncios, fortaleceu meus passos incertos e acalmou meu coração nas noites de cansaço e dúvidas.

À minha mãe, mulher de coragem e esperança, que com sacrifícios visíveis e invisíveis garantiu que eu concluísse o ensino fundamental e médio. Cada conquista minha tem as suas mãos por trás, mãos que cuidam, trabalham e amam incondicionalmente.

A JC, que surgiu no momento certo com apoio decisivo. Foi ele quem acreditou, quem viabilizou o vestibular e acendeu em mim a confiança para ingressar na faculdade, seu incentivo foi uma ponte entre o sonho e a realidade. Obrigada por tanto, querido!

À minha irmã, Luana Oliveira, presença constante nos dias partilhados sob o mesmo teto. Seu apoio, sua escuta e sua parceria foram um refúgio em meio às pressas e pressões da vida.

À avó da minha filha, Tereza Cristina, por cuidar daquele que é meu maior tesouro, minha Anallú. Sua generosidade me permitiu estudar à noite com o coração mais tranquilo. Obrigada por ser colo, presença e segurança para minha pequena!

Ao meu orientador, que não soltou minha mão. Obrigada por sua paciência, dedicação e sabedoria, você tornou este trabalho possível.

RESUMO

Este estudo analisa o impacto das visões de Gilberto Freyre e Kabengele Munanga no debate sobre a identidade nacional brasileira, com foco nas relações raciais e nas políticas públicas contemporâneas. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica, a análise contrastou as interpretações de Freyre, que idealizou a mestiçagem como símbolo de harmonia racial, e Munanga, que desconstruiu esse mito, apontando-o como elemento de perpetuação do racismo estrutural. Os resultados demonstram que a abordagem de Freyre contribuiu para a disseminação do mito da democracia racial, enquanto Munanga trouxe uma perspectiva crítica, evidenciando as desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade brasileira. As conclusões destacam que essas visões divergentes influenciam diretamente os debates acadêmicos e políticos, com Freyre oferecendo uma leitura integradora e Munanga fortalecendo demandas por políticas afirmativas e justiça social. O estudo reforça a relevância de discutir essas perspectivas para promover uma compreensão mais ampla e inclusiva da identidade nacional.

Palavras-chave: Mestiçagem; Identidade nacional; Democracia racial; Racismo estrutural; Políticas públicas.

ABSTRACT

This study analyzes the impact of Gilberto Freyre's and Kabengele Munanga's views on the debate about Brazilian national identity, focusing on race relations and contemporary public policies. Using bibliographic research, the analysis contrasted the interpretations of Freyre, who idealized miscegenation as a symbol of racial harmony, and Munanga, who deconstructed this myth, pointing it out as an element of perpetuation of structural racism. The results demonstrate that Freyre's approach contributed to the dissemination of the myth of racial democracy, while Munanga brought a critical perspective, highlighting the social and racial inequalities present in Brazilian society. The findings highlight that these divergent views directly influence academic and political debates, with Freyre offering an integrative reading and Munanga strengthening demands for affirmative action policies and social justice. The study reinforces the relevance of discussing these perspectives to promote a broader and more inclusive understanding of national identity.

Keywords: Miscegenation; National identity; racial democracy; Structural racism; Public policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS ACERCA DAS OBRAS DE GILBERTO FREYRE E DE KABENGELE MUNANGA	9
2. A MISTIÇAGEM NA OBRA DE GILBERTO FREYRE: UM IDEAL DE HARMONIA RACIAL.....	11
3. KABENGELE MUNANGA E A DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL.....	16
4. O IMPACTO DAS VISÕES DE FREYRE E MUNANGA NO DEBATE SOBRE IDENTIDADE NACIONAL.....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS.....	27

Introdução

A ideia de mestiçagem ocupa um papel central no entendimento da formação social brasileira e foi amplamente explorada por Gilberto Freyre, especialmente em *Casa-Grande & Senzala*, onde o autor apresenta a miscigenação como elemento formador da identidade cultural e social do Brasil. Freyre (2006) enaltece a mestiçagem como símbolo de harmonia racial e de integração entre os diferentes grupos étnicos que compõem o país. Por outro lado, Kabengele Munanga (1999), crítico contundente dessa perspectiva, questiona a romantização dessa ideia, argumentando que a narrativa freyriana negligencia as desigualdades estruturais e o racismo que marcam a sociedade brasileira. Este debate evidencia a complexidade de abordar a mestiçagem como um fenômeno histórico e social, pois envolve tanto interpretações otimistas quanto críticas sobre seus impactos.

A mestiçagem, como conceito e prática social, é frequentemente vista sob dois prismas distintos: o idealizado, que a associa à identidade nacional e à harmonia, e o realista, que expõe as desigualdades e o racismo estrutural subjacentes. Freyre e Munanga representam esses dois polos do debate. Enquanto o primeiro descreve a mestiçagem como um fator positivo e unificador, o segundo desafia essa visão ao evidenciar a perpetuação da exclusão social dos negros e indígenas no Brasil. A discrepância entre essas interpretações levanta questões cruciais: como a mestiçagem moldou a identidade brasileira? Até que ponto ela é um símbolo de integração ou de perpetuação de desigualdades?

Diante dessa problemática, o objetivo geral deste estudo é analisar as concepções de mestiçagem na obra de Gilberto Freyre e as críticas elaboradas por Kabengele Munanga, buscando compreender suas contribuições para o debate sobre a formação social brasileira. Para isso, pretende-se, especificamente, identificar os principais argumentos de Freyre sobre a mestiçagem como elemento formador da identidade nacional, examinar as críticas de Munanga à romantização dessa ideia e discutir os impactos sociais e históricos da mestiçagem na manutenção ou desconstrução de desigualdades raciais.

O estudo do conceito de mestiçagem é essencial para entender as dinâmicas culturais, sociais e raciais que moldaram o Brasil. Freyre é um autor de referência,

amplamente estudado por sua abordagem inovadora sobre a formação do país. Entretanto, suas ideias têm sido criticadas por perpetuarem visões que obscurecem desigualdades raciais. As críticas de Munanga, por sua vez, trazem uma perspectiva decolonial e necessária ao debate contemporâneo sobre racismo e identidade nacional. Compreender essas abordagens é fundamental para promover reflexões críticas sobre a formação da sociedade brasileira e suas contradições, contribuindo para o avanço de debates acadêmicos e sociais sobre desigualdade racial e identidade.

A pesquisa terá caráter qualitativo e será conduzida por meio de uma análise bibliográfica. O método empregado será o da análise de conteúdo, com foco na obra *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre e nos textos críticos de Kabengele Munanga, especialmente aqueles voltados para questões de raça e identidade. A delimitação do objeto está na relação entre o ideal de mestiçagem defendido por Freyre e as críticas de Munanga, explorando como essas abordagens dialogam ou entram em conflito. A pesquisa também analisará como essas ideias impactam a construção do imaginário coletivo brasileiro e as políticas de inclusão social.

Assim, este estudo pretende aprofundar o debate sobre a mestiçagem no Brasil, contribuindo para uma análise crítica que transcende interpretações unilaterais. O diálogo entre Freyre e Munanga, possibilita questionar narrativas históricas e abrir caminhos para uma compreensão mais abrangente das desigualdades raciais no contexto brasileiro.

1. Considerações metodológicas acerca das obras de Gilberto Freyre e de Kabengele Munanga

A seção de Materiais e Métodos descreve detalhadamente o processo de realização da pesquisa, incluindo os recursos utilizados e os procedimentos adotados para alcançar os objetivos propostos. Este estudo, de natureza qualitativa, baseou-se em uma análise bibliográfica com foco nas obras *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e nos textos críticos de Kabengele Munanga, estabelecendo um diálogo entre essas perspectivas a respeito da mestiçagem no Brasil.

Os materiais utilizados para a realização deste trabalho incluíram fontes bibliográficas primárias e secundárias. As fontes primárias foram constituídas por *Casa-Grande & Senzala* de Freyre, que serviu como principal referência para compreender a concepção idealizada da mestiçagem, e as obras e artigos de Kabengele Munanga, com destaque para textos que abordam o racismo estrutural e as críticas à romantização da mestiçagem. Adicionalmente, utilizaram-se estudos complementares de outros autores que investigam as implicações sociais, culturais e históricas do conceito de mestiçagem, contribuindo para contextualizar e ampliar o debate.

As fontes secundárias compreenderam artigos científicos, ensaios e capítulos de livros que analisam tanto a obra de Freyre quanto as críticas de Munanga. Bases de dados acadêmicas, como Scielo, CAPES e Google Scholar, foram utilizadas para selecionar literatura relevante e atualizada. Esses materiais forneceram suporte teórico e metodológico para a construção das análises e discussões apresentadas.

A pesquisa foi desenvolvida por meio do método de análise de conteúdo, que permitiu examinar sistematicamente os textos selecionados. Esse método envolve a identificação de categorias temáticas, conceitos e argumentos centrais nas obras de Freyre e Munanga, bem como sua relação com as discussões acadêmicas mais amplas sobre mestiçagem, identidade nacional e racismo no Brasil.

Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória das obras principais e dos textos complementares para identificar os eixos temáticos pertinentes ao estudo. Esses eixos incluíram: a mestiçagem como ideal de identidade nacional, segundo Freyre; as críticas de Munanga ao discurso de harmonia racial; e as implicações sociopolíticas da mestiçagem na formação da sociedade brasileira. Após essa etapa, foi conduzida uma leitura analítica detalhada para extrair trechos significativos e classificá-los conforme as categorias definidas.

Para garantir a validade e a consistência das análises, os seguintes procedimentos foram adotados:

Critérios de seleção de fontes: as obras foram escolhidas com base em sua relevância e representatividade no campo de estudos sobre mestiçagem, identidade nacional e relações raciais. Priorizou-se a seleção de textos amplamente citados e que apresentassem abordagens contrastantes entre si.

Análise comparativa: a leitura dos textos foi realizada em paralelo, permitindo uma comparação direta entre os argumentos de Freyre e as críticas de Munanga. Essa abordagem facilitou a identificação de pontos de convergência e divergência entre os autores.

Contextualização histórica e social: as análises consideraram o contexto histórico em que as obras foram produzidas, bem como o impacto das ideias dos autores no debate acadêmico e nas políticas públicas voltadas para a questão racial.

A pesquisa delimita-se ao estudo do conceito de mestiçagem, considerando suas dimensões simbólicas e materiais, conforme abordadas por Freyre e Munanga. Não se pretendeu abarcar todas as nuances das obras dos autores, mas focar na relação entre as suas perspectivas sobre a mestiçagem e suas implicações. Por ser um estudo qualitativo de base bibliográfica, a pesquisa não incluiu levantamentos empíricos ou dados quantitativos, o que poderia ampliar a análise, mas está além do escopo deste trabalho.

Em síntese, os materiais e métodos empregados nesta pesquisa foram cuidadosamente selecionados e aplicados para garantir uma análise aprofundada e crítica do tema proposto. A combinação de análise bibliográfica, método de análise de conteúdo e contextualização histórica permitiu explorar o diálogo entre as concepções de Freyre e Munanga, contribuindo para um entendimento mais complexo e multifacetado da mestiçagem no Brasil.

2. A Mestiçagem na Obra de Gilberto Freyre: Um Ideal de Harmonia Racial

Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-Grande & Senzala*, apresenta a mestiçagem como um elemento definidor da formação sociocultural brasileira. Ele constrói a narrativa de que o Brasil emergiu como uma sociedade única devido à mistura entre povos indígenas, africanos e europeus, promovendo uma visão idealizada de harmonia racial. Freyre interpreta a miscigenação como um fator integrador, capaz de superar as tensões raciais, e propõe que ela possibilitou a criação de uma identidade nacional singular e híbrida (Freyre, 2006). Para Freyre, a mestiçagem não apenas definiu os aspectos culturais, mas também fomentou uma suposta democracia racial,

uma ideia que ganhou amplo reconhecimento, mas também gerou intensas controvérsias.

Essa visão de Freyre, no entanto, não está isenta de críticas. Embora seu trabalho tenha sido inovador ao valorizar elementos culturais afro-brasileiros e indígenas, ele é acusado de romantizar o impacto da escravidão e da colonização. Freyre minimiza as desigualdades e violências estruturais que marcaram as relações raciais no Brasil. Como destacam Cerri e Costa (2021), a análise freyriana muitas vezes recai em simplificações que desconsideram as profundas disparidades econômicas e sociais enraizadas na história colonial.

Sendo assim podemos destacar a miscigenação como um dos aspectos centrais da interpretação de Gilberto Freyre sobre a formação do Brasil em *Casa-Grande & Senzala*. A sociedade brasileira surgiu da intensa fusão de povos indígenas, africanos e europeus, sendo essa mestiçagem não apenas inevitável, mas também um fator determinante para a identidade nacional. Segundo Freyre, desde os primeiros contatos coloniais, a relação entre colonizadores e nativos se deu de forma marcada pela ausência de preocupações raciais rígidas, ao contrário do que ocorreu em outras colônias europeias. Como destaca:

O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião Católica. (Freyre, 2006, p. 29).

A postura portuguesa frente à miscigenação se diferenciou de outros impérios coloniais, como o inglês e o espanhol, por sua maior flexibilidade e predisposição ao contato direto com outros grupos étnicos. Freyre argumenta que essa característica não decorreu apenas de uma necessidade demográfica, mas também de uma inclinação cultural dos portugueses para a convivência e mistura com outros povos. Como aponta:

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na

extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. (Freyre, 2006, p. 09).

Essa postura mais flexível pode ser entendida dentro do contexto histórico de Portugal, onde já havia uma tradição de contato com diferentes culturas devido à expansão marítima e ao comércio com povos da África e do Oriente. Diferentemente dos ingleses, que mantinham uma política de segregação racial mais rígida em suas colônias, os portugueses não viam a miscigenação como um problema moral ou social. Em vez disso, utilizavam-na como uma estratégia de ocupação territorial e domínio, fortalecendo sua presença em regiões distantes e favorecendo a incorporação de elementos culturais locais. No Brasil, essa postura resultou na criação de uma sociedade mestiça desde os primórdios da colonização, consolidando uma identidade que, segundo Freyre, seria marcada pela adaptação e fusão de influências diversas.

O autor enfatiza o papel da sexualidade nesse processo, destacando que tanto os portugueses quanto os indígenas demonstravam grande apetite sexual, o que facilitou a miscigenação desde os primeiros contatos. Ele questiona a noção de que a influência africana teria sido a principal responsável pela sensualidade da cultura brasileira, atribuindo ao próprio colonizador português um caráter fortemente libidinoso:

Foram sexualidades exaltadas as dos dois povos que primeiro se encontraram nesta parte da América; o português e a mulher indígena. Contra a ideia geral de que a lubricidade maior comunicou-a ao brasileiro o africano, parece-nos que foi precisamente este, dos três elementos que se juntaram para formar o Brasil, o mais francamente sexual; e o mais libidinoso, o português. (Freyre, 2006, p. 100).

A ênfase na sexualidade como motor da miscigenação é um dos aspectos mais polêmicos da obra de Freyre. Sua interpretação sugere que as relações entre colonizadores e mulheres indígenas e africanas ocorreram, em grande parte, de forma voluntária e natural, minimizando as violências e coações que de fato marcaram muitas dessas interações. Embora reconheça que a sociedade colonial brasileira foi estruturada sob relações de poder desiguais, Freyre tende a romantizar a mestiçagem, enfatizando a atração mútua entre os grupos em detrimento da

imposição forçada. Essa visão tem sido criticada por historiadores e antropólogos que apontam que a miscigenação muitas vezes resultou da exploração sexual de mulheres indígenas e africanas, submetidas a uma condição de subalternidade dentro da estrutura patriarcal e escravista da colônia.

Além de enfatizar a fusão biológica, Freyre também ressalta a importância cultural da mulher indígena no desenvolvimento da sociedade colonial brasileira. Para ele, a mulher nativa não apenas garantiu a perpetuação da população miscigenada, mas também desempenhou um papel essencial na adaptação dos europeus ao novo território, fornecendo conhecimento sobre os recursos naturais e sobre técnicas de sobrevivência:

À mulher gentia temos que considera-la não só a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento de cultura, pelo menos material, na formação brasileira. Por seu intermédio enriqueceu-se a vida no Brasil [...] (Freyre, 2006, p. 94).

A preferência do colonizador português pela mistura racial não se limitou a uma questão de necessidade em razão da ausência de mulheres brancas. Pelo contrário, Freyre sugere que o desejo pelo “exótico” era uma característica inerente ao português, o que o levou a buscar o contato com mulheres indígenas e africanas mesmo em circunstâncias onde a presença de mulheres europeias não era tão escassa. Ele afirma: “[...] Mas independente da falta ou escassez de mulher branca o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica. Para o cruzamento e miscigenação. [...]” (Freyre, 2006, p. 189).

Contudo, apesar de seu tom por vezes elogioso à miscigenação, Freyre reconhece as tensões e desigualdades que marcaram essas relações Inter étnicas. Ele aponta que, em muitos contextos, o contato entre diferentes povos ocorreu sob circunstâncias de violência e dominação, seguindo um padrão já observado em outras partes do mundo:

A história do contato das raças chamadas superiores com as consideradas inferiores é sempre a mesma. Extermínio ou degradação. Principalmente porque o vencedor entende de impor ao

povo submetido a sua cultura moral inteira, maciça, sem transigência que suavize a imposição. (Freyre, 2006, p. 109).

Dessa forma, *Casa-Grande & Senzala* constrói uma visão complexa da miscigenação brasileira. Para Freyre, a mestiçagem não foi apenas um processo biológico, mas também social e cultural, marcado por assimetrias de poder e dinâmicas de exploração. Ainda assim, ele enxerga na mestiçagem um elemento essencial da identidade nacional, defendendo que a singularidade do Brasil está justamente na sua capacidade de integrar diferentes matrizes étnicas e culturais. Seu argumento, embora inovador para a época, também gerou críticas, especialmente por minimizar os impactos da violência e da coerção nas relações raciais coloniais, tema que será abordado na próxima seção.

O ideal freyriano de harmonia racial contrasta fortemente com perspectivas críticas, como as de Kabengele Munanga, que desconstrói o mito da democracia racial. Munanga argumenta que a mestiçagem, embora real, foi utilizada como uma ferramenta ideológica para mascarar as desigualdades raciais e perpetuar o racismo estrutural (Munanga, 1999). Enquanto Freyre enaltece a mestiçagem como um símbolo de convivência harmoniosa, Munanga evidencia que ela não anulou as hierarquias raciais impostas pelo colonialismo.

Além disso, conforme analisado por de Oliveira Neto (2018), a mestiçagem na obra de Freyre carrega elementos do pensamento colonialista. Sua narrativa tende a apagar as vozes indígenas e afro-brasileiras como protagonistas, apresentando-as como componentes assimilados pela cultura dominante. Essa abordagem reflete os desafios de se trabalhar com um conceito tão complexo e multifacetado como a identidade nacional.

A interpretação freyriana também traz implicações para o ensino da história. Segundo Santos Nascimento (2024), a ideia de mestiçagem idealizada por Freyre precisa ser revista em práticas educacionais que enfatizem a pluralidade e os conflitos nas relações étnico-raciais. Dessa forma, o ensino deve desconstruir mitos e promover uma compreensão crítica da história.

Em síntese, a mestiçagem, vista por Freyre como um elemento harmonizador, é reavaliada por autores contemporâneos que questionam seus limites e implicações.

Embora tenha desempenhado um papel significativo na construção da identidade brasileira, a miscigenação, enquanto conceito, precisa ser analisada criticamente para desvendar as desigualdades raciais que persistem no país. As contribuições de Freyre permanecem relevantes, mas devem ser equilibradas com leituras críticas, como as de Munanga, para uma compreensão mais completa e inclusiva da história e da cultura brasileira.

3. Kabengele Munanga e a Desconstrução do Mito da Democracia Racial

Kabengele Munanga, antropólogo e um dos principais intelectuais a abordar o racismo no Brasil, dedicou sua obra à crítica contundente do mito da democracia racial, amplamente difundido como parte da identidade nacional brasileira. Segundo ele, essa narrativa idealizada não apenas esconde as desigualdades estruturais, mas também perpetua o racismo e dificulta o avanço em direção à equidade racial. Este texto explora suas principais contribuições e reflexões sobre o tema, analisando como o mito da democracia racial mascara desigualdades e reforça o racismo estrutural, ao mesmo tempo em que dialoga com outros autores que complementam ou tencionam essa perspectiva.

A democracia racial foi amplamente disseminada a partir da obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala* (2006), que romantiza a mestiçagem como um elemento de harmonia e integração entre as raças no Brasil. Freyre sugeriu que o processo de miscigenação cultural e biológica teria diluído as tensões raciais, criando um ambiente de convivência pacífica e única no mundo. Contudo, para Munanga (1999), essa narrativa é falaciosa, pois, ao romantizar a mestiçagem, ele naturaliza as hierarquias raciais estabelecidas durante o período colonial e deslegitima as demandas das populações negras e indígenas por igualdade e justiça.

Ao destacar a mestiçagem como elemento central da formação da sociedade brasileira e romantizá-la, Gilberto Freyre inaugurou uma nova forma de pensar a identidade nacional. Sua valorização das contribuições indígenas, africanas e mestiças representou um marco importante na superação das interpretações racistas e eurocêntricas predominantes até então. Contudo, essa visão também gerou leituras críticas, sobretudo por sua tendência a romantizar o processo de miscigenação e a

minimizar os contextos históricos de violência que o acompanharam. Kabengele Munanga é um dos principais intelectuais que problematizam os limites desse discurso. Para ele, embora Freyre tenha contribuído significativamente ao reconhecer o papel positivo de negros, indígenas e mestiços na constituição da cultura brasileira, inclusive no cotidiano das elites coloniais, sua abordagem carrega implicações ideológicas que precisam ser desveladas:

A grande contribuição de Freyre é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira; influenciaram profundamente o estilo de vida na classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo. (Munanga, 1999, p. 79)

Segundo Munanga, ao transformar a miscigenação em símbolo de harmonia e unidade nacional, Freyre contribui para a consolidação de um “mito fundacional” da brasilidade, que encobre as desigualdades raciais estruturais e promove uma ideia ilusória de convivência pacífica entre os grupos étnicos:

A mestiçagem, que no pensamento de Nina e outros causava dano irreparável ao Brasil, era vista por ele como uma vantagem imensa. Em outras palavras, ao transformar mestiçagem no valor positivo e não negativo sobre o aspecto de degenerescência, o autor de Casa Grande e Senzala permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negras, branca e índia. (Munanga, 1999, p. 79)

É a partir dessa idealização que surge, conforme Munanga, o conceito de “democracia racial”, uma narrativa segundo a qual o Brasil teria superado o racismo por meio da miscigenação, criando uma sociedade miscigenada e harmoniosa. Essa concepção, no entanto, serve mais para ocultar as formas sutis e persistentes de exclusão do que para promover a igualdade:

Da ideia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito de democracia racial; "somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito. O mito de democracia racial, baseando na dupla necessário biológico e cultural entre as três raças originárias, tenho uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupo étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular desigualdades e impedindo os mesmos das comunidades

não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. (Munanga, 1999, p. 80)

Outra crítica central de Munanga recai sobre a forma como Freyre omite ou pelo menos minimiza as relações assimétricas de poder que marcaram o contato entre senhores e escravizados. Ao valorizar o “encontro cultural”, Freyre silencia o caráter forçado e violento que permeou essas interações, contribuindo, ainda que de forma não intencional, para a reprodução de um ideal de branqueamento:

Freyre não privilegia na sua análise o contexto histórico das relações assimétricas do poder entre senhores e escravos, do qual surgiram os primeiros mestiços. [...] Ao mesmo tempo que defendia a cultura negra como elemento básico da formação nacional brasileira, ele preconizava um universalismo ambíguo, temperado pelo conceito de meia-raça. (Munanga, 1999, p. 80)

Assim, embora Munanga reconheça os méritos da obra de Freyre na valorização das matrizes africana e indígena, ele destaca os riscos de uma leitura que transforma a mestiçagem em símbolo absoluto da identidade nacional. Para o autor, essa idealização contribui para o apagamento das violências do passado colonial e a persistência das desigualdades raciais no presente, funcionando como um discurso ideológico que serve aos interesses das elites e dificulta a conscientização crítica da população não-branca.

É sabido que de acordo com Munanga (2005), a mestiçagem é utilizada como instrumento ideológico para mascarar as desigualdades sociais, reforçando o racismo ao negar a existência de discriminação racial. Essa perspectiva dialoga com as reflexões de Duarte e Queiroz (2024), que identificam o autoritarismo como elemento constitutivo das narrativas raciais no Brasil, reforçando a ideia de um povo “naturalmente” mestiço, mas estruturalmente desigual.

Munanga (2004) define o racismo estrutural como uma engrenagem que opera de forma silenciosa, mas efetiva, para manter privilégios brancos e desvantagens para a população negra. No Brasil, essa estrutura se manifesta na educação, no mercado de trabalho, na segurança pública e na representação política. Freitas (2019) complementa essa análise ao apontar que as mobilizações negras, como a luta pelo Estatuto da Juventude, buscam expor e combater essas desigualdades, frequentemente ignoradas pelo Estado.

Segundo Schwarcz (2019), o autoritarismo brasileiro sustenta o racismo ao perpetuar estruturas sociais excludentes. Esse ponto é corroborado por Munanga (1999), que enfatiza que a democracia racial serve como cortina de fumaça para as práticas de exclusão que impactam desproporcionalmente as populações negras. Silva Freitas (2020) avança ao descrever a violência racial como um genocídio sistemático da população negra, evidenciado em altos índices de homicídios, encarceramento e mortalidade infantil entre negros.

Para Munanga (2001), a escola desempenha um papel crucial na desconstrução do mito da democracia racial. Ele argumenta que é fundamental implementar políticas de educação das relações étnico-raciais, que promovam o reconhecimento da diversidade e combatam estereótipos raciais. Esse ponto é aprofundado por Santos Nascimento (2024), que destaca os desafios na incorporação dessa temática no ensino de História, muitas vezes dominado por narrativas eurocêntricas que minimizam ou invisibilizam o protagonismo negro e indígena na formação da sociedade brasileira.

Cerri e Costa (2021) criticam a abordagem simplista e homogeneizadora da história brasileira em documentos curriculares, como a Base Nacional Comum Curricular, apontando que ela perpetua uma visão romantizada e excludente da mestiçagem. Nesse contexto, Munanga defende uma reeducação crítica que desmascare os impactos históricos e contemporâneos do racismo.

A identidade nacional brasileira, segundo Munanga (1999), foi construída sobre a negação da negritude como parte integrante e legítima dessa identidade. Esse processo é descrito por Oliveira Neto (2018) como uma estratégia colonialista que posiciona a mestiçagem como ferramenta de controle social, ao mesmo tempo em que reforça uma hierarquia racial. A obra de Munanga busca resgatar a importância da identidade negra e indígena, desafiando a narrativa hegemônica da mestiçagem como símbolo de unidade.

Munanga (2004) argumenta que, para superar o racismo, é necessário adotar uma visão crítica da história brasileira, que reconheça a contribuição das populações marginalizadas e desfaça a ideia de um povo homogêneo. Marques e Pereira (2020) corroboram essa perspectiva, ressaltando a necessidade de revisitar os escritos

históricos sobre a escravidão para compreender as raízes das desigualdades raciais contemporâneas.

Kabengele Munanga desafia a idealização da mestiçagem e o mito da democracia racial, apontando como essas narrativas servem para mascarar as desigualdades e perpetuar o racismo estrutural no Brasil. Sua obra convida à reflexão crítica sobre a história, a identidade nacional e as políticas públicas, especialmente na educação, como ferramentas para construir uma sociedade mais justa e inclusiva. A partir de suas análises e dos diálogos com outros autores, como Schwarcz (2019), Duarte e Queiroz (2024) e Freitas (2019), fica evidente que o enfrentamento do racismo exige a desconstrução de mitos e a valorização da diversidade racial como um componente central da identidade brasileira.

4. O Impacto das Visões de Freyre e Munanga no Debate sobre Identidade Nacional

A construção da identidade nacional brasileira sempre esteve atrelada a questões de mestiçagem, relações raciais e suas implicações sociais. Nesse contexto, as obras de Gilberto Freyre e Kabengele Munanga emergem como referências centrais, ainda que com perspectivas diametralmente opostas. Enquanto Freyre romantiza a mestiçagem como uma característica distintiva e harmoniosa da identidade brasileira, Munanga desconstrói essa narrativa ao revelar suas raízes coloniais e seu papel na perpetuação do racismo estrutural. Este texto examina as contribuições de ambos os autores e seu impacto nos debates acadêmicos, políticos e nas políticas públicas contemporâneas.

A obra *Casa-Grande & Senzala* (2006) de Gilberto Freyre apresentou a mestiçagem como um elemento central da identidade nacional brasileira. Freyre descreveu o Brasil como uma sociedade singular em sua capacidade de integrar diferentes raças, destacando a miscigenação como um processo de harmonia e colaboração entre povos indígenas, negros africanos e colonizadores europeus (Freyre, 2006). Essa perspectiva consolidou o que se tornou conhecido como o mito da democracia racial, um discurso que idealiza a convivência entre as raças e nega a existência de tensões raciais estruturais (Piza Duarte;Queiroz, 2024).

Essa visão teve um impacto significativo no imaginário social e político do Brasil, influenciando a maneira como o país foi percebido interna e externamente. No entanto, diversos críticos, como Kabengele Munanga, destacaram que a narrativa de Freyre ignora as desigualdades históricas e sociais que persistem até hoje, mascarando práticas discriminatórias com o véu da mestiçagem harmoniosa (Munanga, 1999).

Kabengele Munanga, por sua vez, questiona profundamente a narrativa de Freyre, apontando que o mito da democracia racial serve para ocultar o racismo estrutural. Em sua obra “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra”, ele argumenta que a mestiçagem foi utilizada como ferramenta ideológica para negar as especificidades das identidades negras e indígenas no Brasil, diluindo suas contribuições em uma identidade nacional genérica (Munanga, 1999). Para Munanga, esse discurso deslegitima as lutas por igualdade racial e mantém as hierarquias raciais herdadas do período colonial (Munanga, 2004).

A crítica de Munanga encontra eco em outros pensadores contemporâneos, como Lilia Schwarcz, que aponta que o mito da democracia racial foi um dos principais elementos do autoritarismo brasileiro, ao naturalizar desigualdades raciais como características inerentes da sociedade (Schwarcz, 2019). Esse entendimento redefine a narrativa sobre identidade nacional, enfatizando a necessidade de enfrentar a desigualdade racial como um problema estrutural (Freitas, 2019).

A obra de Freyre moldou o campo acadêmico brasileiro ao propor uma interpretação inovadora das relações raciais, mas também foi criticada por sua romantização da escravidão e das dinâmicas sociais da colônia. Sua influência persiste em estudos culturais e históricos, especialmente nos que abordam o papel da mestiçagem na formação do Brasil (Freyre, 2006). No entanto, intelectuais como Munanga trouxeram uma nova perspectiva para o debate acadêmico, propondo uma leitura crítica do impacto da mestiçagem como discurso ideológico e instrumento de poder (Munanga, 2004).

Essa contraposição é particularmente relevante no campo da educação, onde as obras de ambos os autores são amplamente debatidas. Munanga, por exemplo, argumenta que a educação é um espaço crucial para desconstruir mitos e promover a conscientização sobre as desigualdades raciais (Munanga, 2005). Essa posição é

corroborada por Santos Nascimento (2024), que destaca os desafios de implementar uma abordagem crítica das relações raciais no currículo escolar.

As visões de Freyre e Munanga também influenciam a formulação de políticas públicas no Brasil. A ideia de democracia racial, promovida por Freyre, foi utilizada durante décadas para justificar a ausência de políticas específicas voltadas para a população negra, sob o argumento de que não existia racismo estrutural no país (Piza Duarte, 2021). Por outro lado, a crítica de Munanga teve impacto na luta por políticas afirmativas, como as cotas raciais em universidades e concursos públicos, que buscam corrigir desigualdades históricas (Freitas, 2019).

A implementação dessas políticas é resultado de uma crescente conscientização sobre as desigualdades raciais e sua relação com o racismo estrutural, temas amplamente debatidos por Munanga. Sua análise trouxe à tona a necessidade de reconhecer as diferenças raciais como parte da identidade nacional e de criar mecanismos para combater as disparidades (Munanga, 2005).

Os debates iniciados por Freyre e Munanga continuam a reverberar na sociedade brasileira contemporânea, moldando discussões sobre identidade nacional e inclusão. Enquanto a visão de Freyre ainda encontra eco em discursos políticos e culturais que valorizam a mestiçagem como símbolo de unidade, a abordagem crítica de Munanga tem ganhado força, especialmente em movimentos sociais que denunciam o racismo estrutural e demandam ações afirmativas (Munanga, 1999; Silva Freitas, 2020).

Essas discussões se refletem em eventos como o crescimento do movimento negro, que busca redefinir a narrativa sobre identidade nacional, e em debates sobre a representatividade racial na mídia, na política e em outras esferas sociais (Freitas, 2019). Assim, as ideias de ambos os autores continuam a influenciar o imaginário social e as políticas públicas, destacando a complexidade das relações raciais no Brasil (Schwarcz, 2019).

Gilberto Freyre e Kabengele Munanga representam dois polos opostos no debate sobre identidade nacional, relações raciais e políticas públicas no Brasil. Enquanto Freyre idealizou a mestiçagem como um símbolo de unidade nacional, Munanga revelou suas implicações no reforço do racismo estrutural e na exclusão das identidades negras e indígenas. Essas visões, com seus pontos de convergência e

divergência, continuam a moldar os debates acadêmicos e políticos, oferecendo ferramentas para entender e enfrentar as desigualdades raciais no Brasil contemporâneo.

A tabela a seguir apresenta um panorama dos principais estudos que exploram o impacto das visões de Gilberto Freyre e Kabengele Munanga no debate sobre identidade nacional e relações raciais no Brasil. Estes autores, embora abordem o tema a partir de perspectivas distintas, oferecem contribuições essenciais para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais do país. Freyre, com sua análise sobre a formação da identidade brasileira a partir da mestiçagem, e Munanga, com suas críticas ao mito da democracia racial, estruturam um debate que reverbera tanto no campo acadêmico quanto nas políticas públicas contemporâneas.

Os estudos destacados na tabela sintetizam os objetivos das pesquisas realizadas, os principais resultados alcançados e as conclusões apresentadas pelos autores. Este levantamento visa não apenas ilustrar a relevância dessas análises, mas também evidenciar como as ideias de Freyre e Munanga moldaram diferentes interpretações sobre a construção da identidade nacional e a perpetuação das desigualdades raciais no Brasil. A análise desses trabalhos proporciona um entendimento mais profundo sobre as implicações históricas e sociais que continuam a influenciar o debate racial no país.

Tabela 1: Estudos sobre Identidade Nacional e Relações Raciais no Brasil

Autor/Ano	Objetivo	Resultado	Conclusão
Munanga (1999)	Rediscutir o conceito de mestiçagem e identidade negra no contexto brasileiro.	Evidenciou como a idealização da mestiçagem mascara as desigualdades e reforça o racismo estrutural.	A desconstrução do mito da democracia racial é essencial para combater o racismo estrutural.
Freyre (2006)	Analisar a formação cultural e racial do Brasil com foco na miscigenação.	Identificou a mestiçagem como um traço unificador da	A miscigenação contribuiu para uma visão idealizada da harmonia racial,

		identidade nacional brasileira.	ocultando desigualdades.
Oliveira Neto (2018)	Analisar como narrativas coloniais moldaram a identidade nacional brasileira.	Apontou o uso da mestiçagem como discurso de unidade, mas que silenciou outras.	A identidade nacional precisa ser revista à luz das múltiplas vozes que a compõem.
Schwacz (2019)	Estudar as raízes do autoritarismo e sua relação com o racismo no Brasil.	Identificou a naturalização das desigualdades como suporte do autoritarismo racial.	O enfrentamento do racismo requer a desconstrução de estruturas autoritárias e excludentes.
Silva Freitas (2020)	Denunciar as violências raciais como formas de genocídio da população negra.	Demonstrou a relação entre racismo estrutural e violência contra comunidades negras.	É necessário criar políticas públicas específicas para proteger a população negra.

Fonte: Autor (2025)

O desenvolvimento da tabela apresentada reflete a comparação entre as contribuições dos estudos de Gilberto Freyre e Kabengele Munanga em relação à identidade nacional e às relações raciais no Brasil. Esses dois autores, cujas ideias muitas vezes são colocadas em oposição, oferecem análises complementares que elucidam aspectos centrais do debate racial e identitário no país. Ao examinar seus objetivos, resultados e conclusões, é possível perceber que, enquanto Freyre sustenta a tese da mestiçagem como um fator de integração e harmonia racial, Munanga questiona a validade desse conceito, apontando-o como uma construção que disfarça as desigualdades raciais e perpetua o racismo estrutural.

Freyre, em sua obra *Casa-Grande & Senzala* (2006), propõe que a mestiçagem foi o principal motor da formação da identidade nacional brasileira, com a criação de uma sociedade caracterizada pela convivência harmônica entre diferentes etnias. Segundo o autor, essa mistura foi fundamental para a construção de uma nação plural

e inclusiva. Entretanto, a partir de estudos recentes, como os de Silva Freitas (2020) e Piza Duarte & Queiroz (2024), observa-se que essa visão de Freyre tem sido criticada, especialmente no que se refere à minimização das desigualdades raciais. Para esses pesquisadores, a mestiçagem não pode ser vista como sinônimo de igualdade, pois, na prática, as diferenças sociais, políticas e econômicas entre brancos e negros no Brasil persistem, reforçando a exclusão dos afro-brasileiros. Em contrapartida, Munanga (1999) contesta a ideia de que a mestiçagem seria um processo inclusivo, destacando que ela serve, na verdade, como um mecanismo de ocultação das desigualdades raciais, reforçando uma hierarquia racial que privilegia os brancos e subordina os negros.

A crítica de Munanga se desvia da concepção de Freyre, propondo que o Brasil nunca foi uma democracia racial, como muitas vezes é sugerido pela teoria da mestiçagem. Ele argumenta que, ao invés de integração, a mestiçagem produziu uma hierarquia racial que margina os negros e impede a superação do racismo estrutural no país. O autor afirma que a ideia de uma sociedade mestiça idealizada, promovida por Freyre, acaba por mascarar as reais condições de subordinação das populações negras e indígenas, mantendo um status quo desigual (Munanga, 1999). Esse argumento é corroborado por outros estudiosos, que reforçam a ideia de que a construção da identidade nacional no Brasil esteve sempre atrelada ao processo de exclusão racial, e não à verdadeira integração dos diferentes grupos étnicos.

Nos estudos contemporâneos, como os de Oliveira Neto (2018) e Santos Nascimento (2024), a revisão das teorias de Freyre e Munanga revela uma tensão importante entre a visão otimista da mestiçagem e a crítica incisiva ao racismo estrutural. Estes estudiosos exploram como as políticas públicas e as narrativas dominantes sobre identidade nacional ainda perpetuam o mito da democracia racial, distorcendo a realidade das relações raciais no país. As recentes propostas de educação para as relações étnico-raciais, defendidas por autores como De Santos Nascimento (2024), visam justamente desconstruir essas narrativas e promover uma reflexão crítica sobre a herança colonial e as desigualdades raciais no Brasil.

Portanto, ao comparar os resultados obtidos por Freyre e Munanga com as análises de estudos recentes, percebe-se uma mudança significativa na maneira como a mestiçagem e a identidade nacional são entendidas no Brasil. A crítica de

Munanga ao mito da democracia racial ganha força diante dos avanços das discussões sobre as políticas públicas e a educação antirracista. O conceito de identidade nacional, ao invés de ser tratado como uma fusão homogênea, deve ser entendido como um campo de tensões e desigualdades, no qual as populações negras e indígenas ainda lutam por reconhecimento e inclusão plena. Assim, o debate sobre as contribuições de Freyre e Munanga continua a ser fundamental para a compreensão da formação da sociedade brasileira e dos desafios enfrentados pelas populações historicamente marginalizadas.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar o impacto das visões de Gilberto Freyre e Kabengele Munanga no debate sobre identidade nacional, destacando como suas ideias influenciam questões acadêmicas, políticas e sociais no Brasil contemporâneo. Ao longo do trabalho, confirmou-se que Freyre retratou, por meio de sua obra *Casa-Grande & Senzala*, a mestiçagem como elemento central na compreensão tradicional da identidade brasileira, associando-a à harmonia racial. Em contrapartida, Munanga desconstruiu essa narrativa, expondo como ela mascara as desigualdades e legitima o racismo estrutural.

As leituras realizadas confirmam que a idealização da mestiçagem proposta por Freyre serviu como um pilar para o mito da democracia racial, ofuscando as desigualdades reais enfrentadas pela população negra e indígena. Por outro lado, Munanga enfatizou a importância de reconhecer o racismo como uma estrutura sistêmica que permeia todas as esferas da sociedade brasileira. Essa crítica foi fundamental para o avanço das discussões sobre a necessidade de políticas públicas que promovam reparação histórica e justiça social.

Os objetivos do estudo foram plenamente alcançados ao demonstrar que as contribuições de Freyre e Munanga não apenas moldaram o campo acadêmico, mas também influenciaram debates políticos e culturais sobre identidade nacional. Freyre promoveu uma interpretação unificadora e idealista da formação brasileira, enquanto Munanga ofereceu uma visão crítica que desvela os conflitos e exclusões inerentes a

esse processo. Essa tensão entre as perspectivas foi essencial para enriquecer a análise das relações raciais e de poder no Brasil.

O estudo também revelou que as ideias de Freyre, ao romantizarem a convivência entre as raças, reforçaram a invisibilidade do racismo cotidiano, enquanto a abordagem de Munanga fortaleceu os movimentos sociais em prol da igualdade racial. A crítica de Munanga à idealização da mestiçagem contribuiu significativamente para a implementação de políticas afirmativas, como as cotas raciais, e para a ampliação do debate sobre a valorização das identidades negras e indígenas na construção da identidade brasileira.

Em conclusão, as visões contrastantes de Freyre e Munanga continuam a impactar profundamente os debates sobre a identidade nacional no Brasil. A análise evidencia que, enquanto Freyre forneceu bases para uma visão idealista e integradora da sociedade brasileira, Munanga desafiou essas noções, propondo uma leitura crítica que reconhece e combate às desigualdades raciais. Assim, o trabalho reforça a importância de aprofundar essas discussões para que se avancem políticas públicas inclusivas e se promova uma sociedade verdadeiramente igualitária.

REFERÊNCIAS

CERRI, Luís Fernando; COSTA, Maria Paula. O banho, a água, a bacia e a criança: história e historiadores na defenestração da primeira versão da Base Nacional Curricular Comum de História para o Ensino Fundamental. **Educar em Revista**, [S.l.], set. 2021. ISSN 1984-0411. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77155>. Acesso em: 08 dez. 2024.

DUARTE, Evandro Piza. Autoritarismo e Racismo: Oliveira Vianna, Constituição e Democracia sob os Trópicos. **Direito, Estado e Sociedade**, ahead of print, 2021.

FREITAS, Felipe da Silva. Pelo direito à vida segura: um estudo sobre a mobilização negra pela aprovação do Estatuto da Juventude no Congresso Nacional. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40701>.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

MARQUES, Lúcio Álvaro; PEREIRA, João Paulo Rodrigues. **Escritos sobre a escravidão**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 3. ed. Brasília: MEC, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB. UFF**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2. ed. rev. Brasília: MEC/SECAD – Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA NETO, João Matias de. Narrativas e aprendizados do colonialismo: mestiçagem, nação e identidade pós-colonial a partir de Viva o Povo Brasileiro. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, [S.l.], v. 2, n. 11, p. 80–108, 2018. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasocias/article/view/1691>. Acesso em: 12 dez. 2024.

PIZA DUARTE, Evandro; QUEIROZ, Marcos. Oliveira Viana, raça e autoritarismo brasileiro: o povo como objeto da ciência na constituição da soberania e da arquitetura institucional. **Veritas (Porto Alegre)**, [S.l.], v. 69, n. 1, p. e44148, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2024.1.44148>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/article/view/44148>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SANTOS NASCIMENTO, Fernanda de. Educação das relações étnico-raciais: implicações e desafios no ensino da História. **Devir Educação**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. e-763, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30905/rde.v8i1.763>. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/763>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA FREITAS, Matheus. A compreensão e denúncia das violências raciais como genocídio da população negra. **Simbiótica**, v. 7, n. 3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47456/simbitica.v7i3.33706>.

